

HABEAS CORPUS Nº 564.087 - PA (2020/0049945-5)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : ANTONIO SERGIO BARATA DA SILVA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
PACIENTE : ANTÔNIO SÉRGIO BARATA DA SILVA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

DECISÃO

ANTÔNIO SÉRGIO BARATA DA SILVA alega sofrer constrangimento ilegal em decorrência de acórdão proferido pelo Tribunal *a quo* no Habeas Corpus n. 0808362-30.2019.8.14.0000, **o qual não foi conhecido por haver a Corte estadual reconhecido sua incompetência para apreciar o pedido.**

Com efeito, depreende-se dos autos que, em 6/8/2019, ao julgar o Recurso em Habeas Corpus n. 108.241/PA, a Sexta Turma desta Corte Superior de Justiça **deu provimento ao recurso para tornar sem efeito a sentença, no ponto em que impôs a prisão preventiva ao paciente**, ressalvada a possibilidade de nova decretação da custódia provisória caso efetivamente demonstrada a superveniência de fatos novos que indiquem a sua necessidade, **sem prejuízo de fixação de medida cautelar alternativa, nos termos do art. 319 do CPP.**

Ao dar cumprimento ao referido acórdão, o Juízo de primeiro grau, em 8/8/2019, determinou a expedição de alvará de soltura em favor do apenado, impondo-lhe as seguintes medidas cautelares:

[...] 1- Comparecimento à secretaria da Vara Criminal de Bragança tão logo seja liberado, para depositar seu passaporte, caso o tenha, fixando-se o prazo máximo de 05 (cinco) dias; 2 - Comparecimento em Juízo, sempre que for intimado, mantendo para tanto seu endereço atualizado; 3 - Proibição de se ausentar do Estado do Pará, local de sua residência habitual, sem prévia autorização judicial; 4 - Proibição de se aproximar dos familiares diretos da vítima, tais como, pais e avós, mantendo distância mínima de 500 metros; 5 - Proibição de contato, por quaisquer meios de comunicação, com os familiares diretos da vítima, tais como, pais e avós; 6 -

Não praticar crimes dolosos [...] (fl. 91).

Irresignada, asseriu a defesa, perante a Corte de origem, que **"não há qualquer motivação para a autoridade coatora impor medidas alternativas à prisão preventiva**, no sentido contrário ao que foi decidido por essa Superior Corte de Justiça, ao entender unanimemente que o paciente não violou qualquer permissivo dos artigos 312, 313 e 282, I e II, do Código de Processo Penal" (fl. 64, grifei).

Todavia, a Corte de origem, ao analisar o habeas corpus lá impetrado, apontou que "o magistrado de primeiro grau, apenas deu cumprimento à determinação do Superior Tribunal de Justiça através de decisão proferida no Habeas corpus nº 108.241-PA, tendo como Relator o Ministro Rogério Schietti Cruz, **que tornou sem efeito a prisão preventiva do paciente, mas determinando que o juízo primevo aplicasse medidas cautelares pertinentes em face do coacto, caso fosse necessário**" (fl. 66, destaquei).

Ocorre que, a despeito de haver sido ressaltada no julgamento do Recurso em Habeas Corpus n. 108.241/PA a possibilidade de fixação de medidas cautelares diversas, é cediço, consoante disposto no art. 315 do CPP, nos termos das alterações promovidas pela Lei n. 13.964/2019, que, "[n]a motivação da decretação da prisão preventiva **ou de qualquer outra cautelar, o juiz deverá indicar concretamente a existência de fatos novos ou contemporâneos que justifiquem a aplicação da medida adotada**" (grifei).

É imperioso consignar que a principal modificação introduzida no sistema processual penal com a Lei n. 12.403/2011 foi o abandono do sistema bipolar – em que o magistrado ou impunha prisão ou concedia a liberdade provisória –, passando a prever-se a possibilidade do uso de várias alternativas à prisão, cada qual adequada a regular o caso concretamente examinado.

Assim, pelo novo sistema, o juiz, ao deparar-se com um caso concreto, deverá, nos termos do art. 282 do CPP, observar: a) **se a plena liberdade do investigado ou acusado representa um risco (*periculum libertatis*) que justifica a necessidade da cautela, para resguardar a aplicação da lei penal, a investigação ou a instrução criminal, ou, nos casos expressamente previstos, para evitar a prática de infrações penais (garantia da ordem pública ou econômica)** e b) se está presente o pressuposto básico de qualquer cautela, ou seja, prova da existência de um

crime e indícios suficientes de autoria (*fumus comissi delicti*).

Somente se presentes tais exigências cautelares – necessidade da cautela para aplicação da lei penal, para a investigação ou a instrução criminal e, nos casos expressamente previstos, para evitar a prática de infrações penais (art. 282, I, do CPP) –, **caberá ao magistrado decidir qual (ou quais) das medidas previstas em lei será a mais adequada e suficiente para prover a situação concreta.** Para tanto, como dito no inciso II do art. 282 do CPP, deverá considerar a **adequação** da medida à gravidade do crime, às circunstâncias do fato e às condições pessoais do indiciado ou acusado.

Nesse sentido, **quanto à necessidade de fundamentar a imposição de qualquer medida cautelar**, destaco o seguinte precedente:

[...]

2. As medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal são espécie do gênero "medidas cautelares pessoais", dentre as quais se inclui também prisão (preventiva), medida cautelar extrema, conforme o art. 282, § 6º, do Código de Processo Penal. **A imposição de qualquer restrição cautelar, nos termos do art. 282, I e II, do Código de Processo Penal, demanda a demonstração da presença do *fumus comissi delicti* e do *periculum libertatis*, devendo ser aplicada observando-se a necessidade e a adequação da medida.** Ou seja, diante da necessidade de acautelamento do processo, cumpre ao juiz modular a restrição adequada, nos limites da necessidade do caso concreto [...] (HC n. 542.113/GO, Rel. Ministro Sebastião Reis Júnior, 6ª T., DJe 12/3/2020, grifei).

À vista do exposto, com fundamento no art. 34, XX, do RISTJ, **concedo, in limine, a ordem para cassar as medidas cautelares estipuladas** em desfavor do paciente, assegurando-lhe o direito de responder à ação penal em liberdade, ressalvada a possibilidade de nova avaliação, mediante decisão fundamentada, sobre a necessidade de imposição de medida de natureza cautelar.

Publique-se e intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**